
CENÁRIO DO PLURALISMO DOS MEDIA

**UMA VISÃO GERAL SOBRE O SECTOR DOS MEDIA
EM MOÇAMBIQUE**

Relatório final

**Preparado para o Projecto de Desenvolvimento dos Media
UNESCO/PNUD**

Por Marie-Hélène Bonin, Nordic-SADC Centro de Jornalismo

Julho 1999

CENÁRIO DO PLURALISMO DOS MEDIA

Um estudo realizado por

Marie-Hélène Bonin, Centro NSJ

Em colaboração com

Nélia Taimo
Salomão Duma Cumbane
Nazário Muchanga
António Rodrigues
Marina Canothilo
Dionísio Quelhas (Gestinform)
Ambrósio Cuahela (Gestinform)
Naftal Donaldo
Domingos Fernando (Gestinform)
Bonifácio José (Gestinform)
Agostinho Manganhela
Simão Mataruca (Gestinform)
Alexandre Mate

Traduzido por

Eduardo Namburete

Cenário do pluralismo dos Media

Índice de Conteúdos

PRIMEIRA PARTE – Pluralismo dos Media: O Estudo

Prévios

Agradecimentos	7
Lista dos anexos	9
Lista dos quadros, figuras e ilustrações	10
Lista das abreviaturas usadas neste relatório	14
Definição da terminologia de base	15
Mapa de Moçambique	22
Sumário Executivo	23

Capítulo 1: Introdução

Um projecto para apoiar o desenvolvimento dos media independentes	26
Estudando os órgãos de comunicação em Moçambique	27
Organização do presente relatório	28

Capítulo 2: Metodologia e Processo

Quadro conceptual	30
Independência	31
Controlo de qualidade	31
Processo	33
Pontos fortes	34
Limitações	34

SEGUNDA PARTE – importância do pluralismo: diversidade

Capítulo 3: Registo nacional das iniciativas dos media

Imprensa escrita e órgãos de difusão	36
Os órgãos de comunicação nacionais, provinciais e locais	38
Estruturas de propriedade dos órgãos de comunicação	41
Línguas usadas pelos órgãos de comunicação	45
Perfil da diversidade dos órgãos de comunicação moçambicanos	49

Capítulo 4: O impacto da diversidade dos órgãos de comunicação

Circulação da imprensa escrita	50
Cobertura das transmissões	53
Resposta da audiência	54
O impacto da pluralismo dos órgãos de comunicação	59

TERCEIRA PARTE – Fortalecimento do pluralismo: sustentabilidade

Capítulo 5: Visão e Direcção Estratégica para a Sustentabilidade

Políticas editoriais	61
Planos estratégicos	71
Planos de desenvolvimento e expansão	72
O ambiente legal e o status dos órgãos de comunicação	73
Factores de visão do fortalecimento do pluralismo dos órgãos de comunicação	75

Capítulo 6: Assegurando e gerindo os recursos humanos pela sustentabilidade

Eficácia organizacional	77
Recursos humanos e Género	78

Problemas de qualificações nos órgãos de comunicação	89
Perfis de gestão e financeiro	95
Meios técnicos, equipamento e necessidades	104
O desafio de assegurar e gerir recursos	110

QUARTA PARTE – A construção do pluralismo: perspectivas

Capítulo 7: Constatações e recomendações

Pluralismo da informação	112
Gráficas	114
Redacções	117
Mecanismos de apoio	117
Rádio comunitária	124
Desequilíbrio do género	128

Capítulo 8: Perspectivas e conclusões

Para onde ir a partir daqui	132
-----------------------------	-----

Agradecimentos

Os nossos agradecimentos vão para as seguintes pessoas e organizações que ajudaram a tornar este estudo possível :

O sector dos media em Moçambique

- Os editores e directores de todos os órgãos de comunicação em Moçambique, pela sua inestimável colaboração, muitas vezes através de longas e curiosas entrevistas, e pela grande paciência para com a nossa equipa.
- Os directores de todos os jornais impressos e provedores dos serviços de internet que visitámos, pela sua igual colaboração e paciência.
- O Sr. Arlindo Lopes, Director do Gabinete de Informação, pela sua graciosa assistência em fornecer as listas dos órgãos de comunicação registados em todo o país.
- O Sr. Tomás Jane, Director da Escola de Jornalismo em Moçambique, pela bondade em providenciar-nos informações sobre os graduados na escola nos anos passados.
- Os membros do Grupo de Aconselhamento Técnico que se juntou aos representantes da UNESCO para ler e comentar o rascunho do relatório deste estudo, a senhora Orlanda Mendes e os senhores Machado da Graça, António Gumende e Jan Marius Tillmanns.

Projecto de Desenvolvimento dos Medias UNESCO/PNUD

- A UNESCO e o PNUD, por patrocinar este estudo dentro do quadro do seu projecto de desenvolvimento dos medias em Moçambique e por me dar a oportunidade de contribuir para o seu apoio ao dinâmico e crescente sector dos órgãos de comunicação neste país.
- A senhora Birgitte Jallof, coordenadora técnica do projecto de desenvolvimento dos media em Moçambique, pela sua confiança, introspecção e apoio continuo do meu trabalho. A sua experiência e exigência ajudaram a formar a minha própria abordagem para este trabalho.

A equipa envolvida neste trabalho

- A senhora Nélia Taimo, pelo seu maravilhoso trabalho como pesquisadora assistente, e os especialistas técnicos, senhor Salomão Duma Cumbane, por economizar o dia com o seu criterioso processamento de dados, senhor Nazário Muchanga pelo seu excelente trabalho com as estações de rádio e o senhor António Rodriguês com a imprensa escrita. Devíamos agradecer também o senhor Dionísio Quelhas (Gestinform) pela supervisão do trabalho de campo, e todos os sete pesquisadores de campo que cobriram o país inteiro, os senhores Ambrósio Cuahela (Gestinform), Naftal Donaldo, Domingos Fernando (Gestinform), Bonifácio José (Gestinform), Agostinho Manganhela, Simão Mataruca (Gestinform) e Alexandre Mate.
- Os meus colegas do Centro NSJ pelo seu apoio e assistência: o Director Executivo John Mukela, que me apoiou em todo o processo; a minha mais próxima e preciosa colaboradora, senhora Marina Canotilho; a todas as outras mulheres pela sua grande ajuda nos últimos dias: senhora Teresa Sousa, Elisa Martins, Lisete Uamusse, Eunice Zunguze, e todos os outros com quem trabalho no escritório.

Lista dos Anexos

- Termos de referência
- Programa do trabalho
- Lista dos órgãos de comunicação entrevistados
- Questionário básico
- Instrumentos metodológicos utilizados para a mini-pesquisa
- Perfil da equipa de pesquisa
- Dados compilados do questionário
- Tabelas dos dados da mini-pesquisa
- Avaliação técnica da rádio (*somente no original deste relatório*)
- Avaliação técnica da imprensa escrita (*somente no original deste relatório*)
- Relatórios dos pesquisadores de campo (*somente no original deste relatório*)
- Questionários de entrevistas completados (*somente no original deste relatório*)
- Documentação recolhida dos órgãos visitados (*somente no original deste relatório*)
- Directório dos órgãos de comunicação em Moçambique

Lista das figuras e tabelas

FIGURAS

- Factores de visão e recursos que tem impacto na sustentabilidade
- Política editorial dentro dos órgãos de comunicação
- Amostras da missão nas políticas editoriais
- Amostras do papel da audiência nas políticas editoriais
- Factores organizacionais que tem impacto na sustentabilidade
- Processo do comprometimento do género nos órgãos

TABELAS

Indicadores da diversidade efectiva dos órgãos de comunicação
--

- Órgãos de comunicação escritos e de difusão e projectos
- Órgãos de comunicação provinciais e distritais
- Projectos de órgãos de comunicação provinciais e distritais
- Órgãos de comunicação e projectos descritos como nacionais
- Estrutura de propriedade dos órgãos de comunicação
- Propriedade dos órgãos de comunicação impressos (operacional)
- Propriedade dos órgãos de difusão (operacional)
- Língua de publicação e de transmissão (operacional)
- Língua de publicação e de transmissão (em projecto)
- Língua de publicação e de transmissão (todos)
- Primeira língua de escolha dos ouvintes da rádio (mini-pesquisa)

Indicadores do impacto do pluralismo dos media

- Exemplares vendidos, enviados via fax ou e-mail por sector
- Exemplares vendidos, enviados via fax ou e-mail a nível nacional por província de origem
- Destino da circulação: Cidade de Maputo (operacional)
- Destino da circulação: fora da Cidade de Maputo e/ou do país (operacional)
- Alcance das transmissões radiofónicas e televisivas (operacional)
- Cobertura dos transmissores de rádio e de televisão (operacional)
- Distribuição dos entrevistados por província (mini-pesquisa)
- Primeira escolha da audiência do jornal impresso
- Primeira escolha da audiência da emissora de rádio
- Primeira escolha da audiência da emissora de televisão

Visão estratégica nos media

- Identificação do meio nas políticas editoriais
- Proporção do conteúdo das notícias (operacional)
- A noção da independência nas políticas editoriais
- Noções éticas nas políticas editoriais (repetição da noção)
- Foco dos conteúdos nos órgãos de comunicação e projectos (repetição dos temas)
- Audiência alvo dos órgãos
- Planos estratégicos nos órgãos de comunicação

Ambiente legal

- Percepção satisfatória do estado e do ambiente legislativo

Distribuição dos recursos humanos nos órgãos de comunicação por género

- Pessoal empregado nos órgãos de comunicação
- Pessoal voluntário nos órgãos de comunicação
- Voluntários nas emissoras de rádios religiosas e rádios comunitárias
- Voluntários em algumas publicações

- Colaboradores nos órgãos de comunicação
- Equilíbrio total do género em todo o pessoal dos órgãos de comunicação (operacional)
- Representação feminina dentro do pessoal dos órgãos de comunicação (operacional)
- Distribuição do género em algumas categorias de emprego (operacional)
- Equilíbrio total do género em todo o pessoal dos órgãos de comunicação (operacional)
- Escola de Jornalismo – 1989 a 1999 (10 anos)
- Distribuição do género do pessoal dos órgãos de comunicação por níveis de escolaridade (todos)

Distribuição dos problemas de capacidades

- Percepção satisfatória das habilidades por género e por sector (operacional)
- Qualificação dos órgãos de comunicação das habilidades dos seus funcionários
- Órgãos de comunicação com problemas de habilidades em jornalismo e produção de documentário (todos)
- Problemas de habilidades específicos na imprensa escrita (operacional)
- Problemas de habilidades específicos nos órgãos de difusão
- Políticas ou acções de formação existentes nos órgãos de comunicação
- Políticas ou acções de formação existentes por província (operacional)

Perfil das capacidades organizacionais e financeiras

- Qualificação do profissionalismo (operacional)
- Percepção da capacidade organizacional por província
- Percepção da capacidade organizacional por sector (operacional)
- Qualificação da capacidade geral (operacional)
- Qualificação dos indicadores da capacidade (operacional)
- Qualificação dos indicadores da capacidade financeira (operacional)
- Habilidades nas áreas ligadas às finanças (todos)

Distribuição dos meios técnicos

- Estado do equipamento de escritório por órgão de comunicação
- Equipamento de processamento da imprensa escrita
- Condições das gráficas
- Equipamento de radiodifusão dos órgãos de comunicação
- Equipamento de vídeo e de transmissão de TV dos órgãos de comunicação
- Processadores de vídeo e câmaras de TV dos órgãos de comunicação
- Acesso ao correio electrónico e a internet (operacional)
- Acesso aos conteúdos da programação via satélite (operacional)

Lista das abreviaturas utilizadas neste relatório

- **ICS:** Instituto de Comunicação Social

- **INDER:** Instituto Nacional para o Desenvolvimento Rural

- **NSJC:** Centro de Jornalismo dos Países Nórdicos - SADC

- **RC:** Rádio Comunitária

- **RM:** Rádio Moçambique

- **RTP:** Radio Televisão Portuguesa

- **TVM:** Televisão de Moçambique

- **UNESCO:** Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

- **UNDP:** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ou PNUD)

- **UNFPA:** Programa das Nações Unidas para as Actividades da População (ou FNUAP)

Definição da terminologia de base

Como os termos estão definidos para os efeitos deste estudo

Media

■ Meio de comunicação (um)

Para o efeito deste estudo, designa-se por meio de comunicação qualquer dos seguintes meios que permitem a comunicação de informação: imprensa escrita, rádio, televisão e produção de vídeo.

■ Órgão (o)

Veja abaixo o sector dos órgãos de comunicação.

Órgãos de comunicação pesquisados e não pesquisados

Quase todos os órgãos de comunicação existentes em Moçambique foram pesquisados para este estudo. Incluem-se os órgãos de comunicação em operação e os projectos, mas alguns foram excluídos.

■ Órgãos de comunicação em operação

Incluem-se todos os órgãos que actualmente fazem publicações ou transmissões de conteúdos sobre Moçambique e que também produzem em Moçambique. Esses portanto, excluem todas as rádios e televisões estrangeiras (como a RFI, BBC, etc.) que apenas re-transmitem em Moçambique – a única excepção é a televisão RTP que tem instalações de produção e transmissão locais e que produz conteúdos locais. Esses excluem também as delegações dos jornais impressos nacionais que tem correspondentes locais mas não produzem uma edição provincial diferente dos seus respectivos jornais. No caso das emissoras nacionais de rádio e de televisão, a maioria das delegações foram pesquisadas uma vez que essas emissoras produzem e transmitem uma programação provincial diferente da das emissoras nacionais. O único caso não muito claro é o caso da emissora interprovincial da RM em Gaza que foi pesquisada embora a sua actividade actual não pareça enquadrar-se nesta definição.

■ Projectos de órgãos de comunicação

Incluem-se todos os órgãos que ainda não publicam ou transmitem que puderam entregar um documento do projecto escrito ou responder à maioria das perguntas relevantes do projecto. Portanto excluem-se todas as «ideias de projecto» que ainda não foram desenvolvidas ou que possam ter surgido enquanto o pesquisador de campo visitava a sua localidade de origem.

■ Órgãos de comunicação pesquisados

Os órgãos de comunicação a que se refere como tendo sido 'pesquisados' são somente aqueles que foram registados, entrevistados e incluídos no processamento e análise de dados conducentes a este relatório. São 111 no total (em operação ou em projecto) e são os únicos incluídos nas tabelas apresentadas neste relatório.

■ Órgãos de comunicação não pesquisados

No máximo possível, todos os órgãos de comunicação em operação e os projectos foram registados, entrevistados e incluídos neste relatório. Entretanto, existem sete órgãos de comunicação em operação que existiam na altura da realização da pesquisa que não estão incluídos naqueles referenciados neste relatório como 'órgãos de comunicação pesquisados'. Cinco desses não puderam ser entrevistados (*RM Cabo Delgado*, *Serviço Externo da RM em inglês*, *Coopimagem* e os jornais *O Amanhã* e *Desafio*). Existem também dois órgãos de comunicação que foram entrevistados mas que após as entrevistas, os dados recolhidos não puderam ser processados, analisados e incluídos neste relatório (*AIM* e *RM Manica*, por favor consulte a página 37) .

Vários projectos também não foram pesquisados nem entrevistados, quer porque são desconhecidos, não puderam ser localizados ou contactados, ou por outras razões. Três desses projectos começaram a operar depois da fase da pesquisa de campo, que são a TVM Cabo Delgado, TVM Zambézia, e o novo jornal *Amanhecer* em Lichinga (não confundir com *Faísca*, também de Lichinga, publicado pela *Amanhecer Coop*). Outros dois projectos que ainda não estão em operação são o projecto de revista *Centro Regional* e o projecto de jornal *Novo Diário Independente*.

Note que todos os órgãos de comunicação em operação e os projectos que não foram pesquisados não estão inclusos neste relatório e nas tabelas nele contidas. Algumas informações sobre esses órgãos e projectos poderão ser encontradas no Directório dos Media de Moçambique em anexo.

Sectores

■ Sector dos órgãos de comunicação (O)

Refere-se a soma de todos os órgãos de comunicação como está descrito sob um Meio de Comunicação em Moçambique.

■ Sectores dos meios de comunicação

Pode se referir a qualquer dos três diferentes tipos de sectores e/ou seus respectivos sub-sectores: Natureza do órgão, Tipologia e Propriedade.

- 1) Sectores, referindo-se a *Natureza* do meio, são o sector da imprensa escrita (veja a imprensa escrita abaixo) e o sector da radiodifusão (rádio, televisão e vídeo).
- 2) Sectores, referindo-se ao *tipo* do órgão de comunicação são os vários sub-sectores utilizados como a variável principal na maioria das informações tratadas neste estudo. Esses incluem os jornais diários, semanários e de outras periodicidades, os

jornais distribuídos via fax e correio electrónico, as estações de rádio públicas, religiosas, comerciais e comunitárias, etc. As suas respectivas definições vem a seguir.

- 3) Sectores, referindo a *Propriedade* são o sector público e o privado (ou independente). Ambos sectores público e privado podem incluir empresas mistas e comerciais ou ainda entidades sem fins lucrativos. Esses sectores são definidos mais adiante.

Natureza dos meios de comunicação

■ Meios de comunicação impressos

Refere-se a qualquer publicação periódica, incluindo a imprensa escrita (jornais, revistas, boletins, etc.), os meios de comunicação distribuídos via fax (geralmente jornais diários ou semanais em tamanho A4), e os meios de comunicação electrónicos (através de Web Page ou correio electrónico).

■ Meios de difusão

Para os efeitos deste estudo, meios de difusão incluem transmissões de rádio, transmissões de televisão e produção de vídeo que sejam independente das emissoras de televisão.

Tipo de meios de comunicação

■ Tipologia

Uma vasta gama de categorias dos meios de comunicação foram enumeradas em todas as entrevistas pelos pesquisadores de campo e os entrevistados foram solicitados a indicar a que categoria os seus órgãos de comunicação ou projectos pertenciam. A autora deste estudo não modificou a categorização proposta pelos entrevistados, mesmo quando esta pudesse ser questionável, a não ser que os entrevistados seleccionassem duas categorias. Neste caso, a metodologia utilizada exigiu que uma única categoria fosse utilizada e foram feitos alguns ajustes.

Essas categorias foram usadas para classificar os tipos de meios de comunicação para o efeito deste estudo e utilizadas como variáveis de base listadas na coluna esquerda da maioria das tabelas. As suas definições estão descritas abaixo sob Categorias.

■ Categorias

- 1) **Jornal Diário:** os tradicionais e os de formato A4 impressos diariamente.
- 2) **Jornais semanários:** os tradicionais e os de formato A4 impressos semanalmente

- 3) **Outros jornais:** os tradicionais e os de formato A4 cuja periodicidade não é nem diária nem semanal, como os bissemanais, quinzenais, mensais, trimestrais.
- 4) **Boletim:** de qualquer periodicidade, os entrevistados distinguiram essas publicações dos jornais impressos no formato A4 de acordo com o conteúdo ou critério de leitores.
- 5) **Revista:** os tradicionais em vários formatos.
- 6) **Meios de comunicação distribuídos via correio electrónico:** esses são os jornais distribuídos via correio electrónico ou pela internet que escolheram descrever-se como 'outros meios de comunicação impressos' (veja abaixo) quando a categoria 'órgãos de comunicação de distribuição via correio electrónico' não lhes foi apresentada na entrevista.
- 7) **Outros meios de comunicação impressos:** nenhum outro meio de comunicação impresso foi encontrado em Moçambique para além dos jornais distribuídos por correio electrónico ou pela internet, que também indicaram que circulavam principalmente através do correio electrónico e pela internet (veja abaixo).
- 8) **Faxes diários:** formato A4 distribuídos diariamente via fax.
- 9) **Faxes semanais:** formato A4 distribuído semanalmente. Nenhum foi encontrado em Moçambique, embora alguns semanários no formato A4 são também parcialmente vendidos via fax – mas geralmente não.
- 10) **Outros jornais distribuídos via fax:** jornais em Formato A4 de outras periodicidades (como outros jornais)
- 11) **Rádio pública:** emissoras de rádio públicas (pertencentes ao Estado) nacionais, provinciais ou estrangeiras. Duas não foram pesquisadas e uma em Gaza poderá ter sido excluída (verifique órgãos de comunicação pesquisados e não pesquisados nas páginas 15 e 16).
- 12) **Rádio comercial:** emissoras de rádio privadas, de âmbito nacional, provincial ou estrangeiras com fins comerciais.
- 13) **Rádios religiosas:** emissoras de rádio nacionais, provinciais ou estrangeiras pertencentes a entidades religiosas.
- 14) **Rádios comunitárias:** emissoras de rádios baseadas no distrito, pertencentes a entidades públicas ou privadas com fins de desenvolvimento comunitário.
- 15) **Rádio dos partidos políticos:** emissoras de rádio nacionais ou provinciais pertencentes a partidos políticos, que escolheram serem descritas como 'outras rádios' (veja abaixo) quando a categoria 'rádios dos partidos políticos' não lhes foi apresentada na entrevista.
- 16) **Outras rádios:** nenhuma outra rádio foi encontrada nesta categoria em Moçambique, para além de uma que revelou ser pertença de um partido político (veja acima).

- 17) **Televisão pública:** emissora de televisão nacional, provincial ou estrangeira pertencente ao Estado
- 18) **Televisão comercial:** emissora de televisão privada, de âmbito nacional, provincial ou estrangeira com fins lucrativos.
- 19) **Televisão religiosa:** emissora de televisão nacional, provincial ou estrangeira pertencente a entidades religiosas.
- 20) **Televisão comunitária:** emissora de televisão pertencente a entidades privadas ou públicas que tenham fins de desenvolvimento comunitário. Nenhuma foi encontrada em Moçambique.
- 21) **Outras televisões:** nenhuma foi encontrada em Moçambique.
- 22) **Produtora de vídeo publicitário:** casas de produção de vídeo independentes das emissoras de televisão, especializadas na produção de publicidade para televisão.
- 23) **Produtora de vídeo musical:** casas de produção de vídeo, independentes das emissoras de televisão, especializadas na produção de vídeos musicais de entretenimento. Nenhuma foi encontrada em Moçambique.
- 24) **Produtora de vídeo-documentário:** casas de produção de vídeo, independentes das emissoras de televisão, especializadas na produção de vídeo-documentários.
- 25) **Produtora de vários vídeos:** casas de produção de vídeo, independentes das emissoras de televisão, envolvidas em vários tipos de produção de vídeo tais como os descritos acima.
- 26) **Multimedia:** projectos que contemplam a criação de órgãos de comunicação que actuem em no mínimo dois dos seguintes sectores: imprensa escrita, rádio, televisão ou produção de vídeo.

Propriedade

■ **Sector público**

Refere-se aos órgão de comunicação da imprensa escrita, rádio ou televisão para fins comerciais ou não lucrativos mas que pertençam maioritariamente ao Estado.

■ **Sector privado ou independente**

Refere-se aos órgãos de comunicação da imprensa escrita, ou de difusão controlados maioritariamente por entidades legalmente independentes do Estado para fins comerciais ou sem fins lucrativos.

Objectivos

■ Objectivos comerciais

Um órgão de comunicação com objectivos comerciais refere-se àquelas empresas de comunicação cujas actividades tem como objectivo final a geração de lucros (receitas ganhas – veja abaixo – em excesso de despesas que não são necessariamente investidas na empresa). Esse lucro pode ser repassado para o dono ou os sócios da empresa como acontece em qualquer outra empresa comercial, ou aos membros como é o caso de uma cooperativa, ou às sedes no estrangeiro como é o caso das subsidiárias.

■ Objectivos não lucrativos

Órgão de comunicação sem fins lucrativos refere-se àquelas empresas de comunicação cuja renda, por si produzida através de actividades geradoras de receitas (veja abaixo) ou financiada por doadores ou benfeitores, é usada para sustentar a empresa e reinvestir no seu crescimento em vez de transferir para os donos como é o caso dos órgãos de comunicação comerciais.

■ Objectivos de desenvolvimento comunitário

Um órgão com objectivos de desenvolvimento comunitário pode ser uma empresa de comunicação pertencente, maioritariamente ao Estado ou entidades legalmente independentes do Estado (Igrejas, Associações, ONGs). A missão dos meios de comunicação comunitários e os conteúdos dos programas/publicações priorizam o objectivo de apoiar (ou possivelmente gerar) um desenvolvimento comunitário ao nível local, distrital, regional ou sectorial, através das actividades de comunicação e informação. A comunidade pode ser definida geograficamente ou como comunidade de interesse (ex.: revista de mulheres). Como este objectivo de desenvolvimento comunitário, quando priorizado, pode entrar em conflito de interesse com o objectivo de geração de lucros, esses órgãos de comunicação não tem fins lucrativos.

Conceitos relacionados com a sustentabilidade

■ Sustentabilidade

Por sustentabilidade refere-se à ***“capacidade de uma organização assegurar e gerir recursos suficientes para permitir-lhe cumprir efectivamente e consistentemente a sua missão sem uma excessiva dependência de nenhuma fonte singular de financiamento.*** [...] Os órgãos sustentáveis tem, no mínimo: uma missão clara e direcção estratégica; as capacidades para atrair recursos de várias fontes locais, nacionais e internacionais, e o conhecimento de geri-los eficientemente (Lisa Cannon, Life Beyond Aid, 1999).

■ Missão Clara e Direcção Estratégica

Neste estudo, a clareza da missão e a direcção estratégica dos órgãos de comunicação foi avaliada através da sua capacidade de descrever a sua política

editorial (incluindo a missão, os meios para alcançar tal missão, posicionamento político e ético, foco dos conteúdos, audiência alvo e os seus planos estratégico e de desenvolvimento).

■ **Recursos suficientes**

Os recursos suficientes referenciados atrás na definição de sustentabilidade inclui todos os requisitos mínimos em termos de recursos financeiros, recursos humanos capacitados, equipamento funcional e espaço físico adequado. Em alguns casos outros factores podem ser exigidos. Em todos os casos esses recursos podem ser assegurados simplesmente através de recursos financeiros suficientes, em outros casos podem exigir a troca de serviços, voluntarismo, subsídios ou doações, empréstimos, compartilhar infra-estruturas, etc.

■ **Auto-financiamento ou auto-dependência**

Um órgão inteiramente auto-financiado ou auto-dependente é um órgão sustentável que não mais depende de fundos de doadores ou benfeitores porque ela é completamente financiada por receitas geradas. A maioria dos órgãos sustentáveis procuram aumentar o nível das suas receitas (veja abaixo) para serem auto-financiados.

■ **Recursos próprios**

Uma receita própria é mobilizada pelo órgão, em vez de ser automaticamente garantida, através de actividades de geração de receitas e/ou fundos dos doadores e benfeitores. Uma instituição pública financiada anualmente pela alocação de um orçamento não está gerando seus próprios recursos, a não ser que mobilize outros rendimentos ganhos ou financiados.

■ **Rendimentos ganhos**

Todos os rendimentos ganhos são auto-produzidos através de actividades que trazem receita para o órgão, incluindo vendas, publicidade, reportagens publicitárias, programas encomendados, honorários de consultorias, prestação de serviços, aluguer de equipamento ou de espaço, outros negócios ou investimentos. Financiamentos de doadores não constituem rendimentos ganhos. O trabalho por eles encomendado sim.

Mapa de Moçambique

Lugares visitados pela equipa de pesquisa

Sumário Executivo

Estudo do cenário do pluralismo dos media

Objectivo

Este estudo tem como objectivo fornecer uma visão dos bens dos órgãos de comunicação, potencialidades e necessidades em Moçambique. O estudo pretende também servir como guia para as decisões do projecto sobre como melhor garantir a promoção do fortalecimento do pluralismo dos órgãos de comunicação no país, em paralelo com o conjunto das produções e o plano de trabalho preparado do projecto Desenvolvimento dos Media em Moçambique – UNESCO/PNUD.

Fornecer informações úteis para o objectivo da UNESCO/PNUD. A autora deste estudo escolheu analisar o nível do pluralismo dos órgãos de comunicação em termos da sua importância e seu fortalecimento. A importância do pluralismo dos órgãos de comunicação foi analisado através da medição da diversidade dos órgãos de comunicação (no nível factual e de impacto). O fortalecimento do pluralismo dos órgão de comunicação foi analisado através da medição da sustentabilidade dos órgãos de comunicação (nos níveis de visão e recursos).

Conteúdos deste estudo

Primeira parte – Pluralismo dos órgãos de comunicação: o estudo

- A secção dos preliminares recolhe informações de referência tais como listas dos anexos, tabelas e abreviaturas, definição da terminologia de base, mapa com os lugares onde foi feita a pesquisa e o presente sumário executivo.
- O capítulo 1 apresenta o estudo no contexto do projecto Desenvolvimento dos Media em Moçambique - UNESCO/PNUD. Este projecto pretende apoiar novas iniciativas, estabelecer redacções e gráficas e criar 10 emissoras de rádio comunitárias nas províncias. A nível nacional o projecto pretende formar jornalistas dos órgãos de comunicação independentes e apoiar a *Rádio Moçambique* na sua cobertura de todo o país. À luz dos estudos anteriores sobre os órgãos de comunicação no país, a justificação do presente estudo é fundamentada em relação ao projecto UNESCO/PNUD. Finalmente, a organização deste relatório é explicada em relação aos termos de referência do estudo.

- O capítulo 2 apresenta a metodologia usada para o estudo e o processo que levou a este relatório. Isso inclui o quadro conceptual desenvolvido para o estudo, a desconstrução do conceito de pluralismo em duas dimensões determinantes: da importância, medida através da diversidade e do fortalecimento, medida através da sustentabilidade. O capítulo explica também a independência e as considerações sobre o controlo de qualidade, o processo por si e, ultimamente, as firmezas e as limitações do estudo.

Segunda parte – Importância do Pluralismo: Diversidade

- O capítulo 3 apresenta as medições do grau da diversidade dos órgãos de comunicação alcançados em Moçambique. O capítulo fornece um registo de todas as iniciativas de órgão de comunicação em todas as 11 províncias do país: iniciativas em andamento assim como aquelas que ainda estão em preparação; iniciativas nacionais assim como provinciais ou locais. O capítulo também avalia o nível da diversidade em termos de tipos de meios de comunicação, a sua distribuição provincial, a estrutura de propriedade e a língua utilizada.
- O capítulo 4 tenta medir o actual impacto da diversidade dos órgãos de comunicação alcançado no país, olhando para a circulação da imprensa escrita, cobertura dos órgãos de difusão e a resposta da audiência. O capítulo fornece uma descrição analítica do nível do pluralismo em termos de informação em cada uma das dez províncias do país, identificando onde a população é dada informação de diferentes fontes para facilitar o seu entendimento e a tomada de decisões.

Terceira parte – Fortalecimento do Pluralismo: Sustentabilidade

- O capítulo 5 avalia o potencial para a sustentabilidade dos órgãos de comunicação operacionais, em relação à sua visão e direcção estratégicas. O capítulo olha para a capacidade dos órgãos de comunicação de descrever as suas políticas editoriais, a sua audiência alvo, os seus planos estratégicos, os seus planos de desenvolvimento e de expansão, e a sua adequação ao ambiente legal.
- O capítulo 6 avalia o potencial para a sustentabilidade dos órgãos de comunicação operacionais, em relação a sua capacidade de assegurar e gerir recursos suficientes para executar as suas visões de forma efectiva e consistente por muito tempo. O capítulo olha para a capacidade organizacional, qualificações e género dos recursos humanos envolvidos, aspectos financeiros e de gestão, meios técnicos/equipamentos e necessidades.

Constatações e recomendações levantadas

Quarta parte – Fortalecimento do Pluralismo: perspectivas

- O capítulo 7 revê as principais constatações deste estudo e propõe recomendações nas áreas de ações consideradas pelos termos de referência do UNESCO/PNUD. Essas áreas incluem o pluralismo da informação, gráficas, redações, apoio às novas iniciativas, rádio comunitária e desequilíbrio do gênero.
- O capítulo 8 dá algumas perspectivas para uma ação imediata e as conclusões da autora sobre o estudo.

Introdução

Em 1991, uma primeira nova lei de imprensa democrática foi aprovada em Moçambique marcando uma nova era em termos de independência e pluralismo dos meios de comunicação. Um ano mais tarde a guerra civil finalmente terminou e o compromisso de trabalhar em direcção a paz e democracia criou espaço para tornar algumas das aspirações do novo quadro em realidade.

Olhando para a história de Moçambique com anos de colonialismo português, uma longa e difícil guerra de independência seguida por uma longa e devastadora guerra civil após apenas poucos anos de paz, a história dos meios de comunicação neste país é de várias maneiras única. A infra-estrutura do país destruída e uma pobreza acentuada significam que muitas áreas deste imenso país não recebem notícia e informação regularmente. O meio mais efectivo e mais amplamente recebido é a *Rádio Moçambique* que não é escutada em todos os lugares, e em muitos lugares apenas é escutada vagamente por uma ou duas horas diariamente. Os jornais chegam com dias ou mesmo semanas de atraso para algumas das vilas mais distantes, as proximidades rurais podem nem recebê-los.

Um projecto para apoiar o desenvolvimento de órgãos independentes

Apesar da legislação sobre a imprensa ser aberta, o surgimento dos órgão de comunicação independentes depois do ambiente de guerra em Moçambique tem sido lento. Em 1995 o PNUD e um número de doadores bilaterais em colaboração com o governo decidiram criar um projecto para apoiar a independência dos órgãos de comunicação no geral e dos órgãos de comunicação emergentes em particular. "Fortalecer a Democracia e a Governação através do Desenvolvimento dos Meios de comunicação" é o título completo do projecto que foi finalmente assinado em 1997. Com o PNUD a coordenar os fundos fornecidos também pela Finlândia, Noruega e Irlanda, a UNESCO implementa o projecto.

A filosofia de base do projecto é **ajudar o pluralismo dos órgãos de comunicação** através do apoio aos órgãos de comunicação independentes do país, a **descentralização** dos órgãos de comunicação actualmente sediados principalmente em Maputo e o **fortalecimento institucional** dentro da imprensa.

Esses objectivos serão apoiados das seguintes maneiras:

- Através do apoio às iniciativas emergentes de órgão de comunicação principalmente fora de Maputo.
- Redacções e gráficas nas províncias para a imprensa independente.
- Criação de 10 rádios comunitárias nas províncias.
- Formação de jornalistas dos órgãos de comunicação independentes, da rádio pública e das estações de rádio comunitária. Uma atenção especial é dada ao equilíbrio do género.

- Baseado na avaliação de como é que o projecto pode apoiar a *Rádio Moçambique* no seu desejo de cobrir 100% do país, o projecto vai financiar transmissores adicionais.
- Um estudo de viabilidade da formação em comunicação no país será iniciado pelo projecto, com base no qual um seminário sobre política nacional está previsto para apoiar na formulação da estratégia nacional de formação em comunicação.

Para levar a cabo estas actividades de maneira mais efectiva possível, a equipa de gestão do projecto levou a cabo consultas com todos os maiores accionistas e decidiu lançar o presente estudo 'Estudo do Cenário do Pluralismo dos Órgãos de Comunicação'. Com os termos de referência um tanto quanto detalhados (consulte o anexo 1), o presente estudo pretende apresentar um mapa detalhado dos meios de comunicação existentes, suas firmezas e suas fraquezas em termos de aspectos organizacionais, recursos humanos e padrões técnicos. Mais ainda, o estudo faz um mapeamento do pluralismo da informação em todo o país. Com esta informação o projecto pretende tomar decisões bem informadas sobre a implementação da escala de longo alcance dos componentes.

Estudando os meios de comunicação em Moçambique

Para justificar um estudo deste tamanho era necessário olhar que outros estudos existiam: a informação necessitada pelo projecto estava já disponível ou realmente o projecto necessitaria de levar a cabo a pesquisa por si?

Tornou-se evidente que os estudos existentes estavam ultrapassados ou fora do foco do projecto, portanto uma renovada colecta e análise seria necessária para a tomada de decisão do projecto. Os estudos anteriores incluíam os seguintes:

Na história dos meios de comunicação

- Contribuição para a História da Imprensa em Moçambique – Quadros da história da Imprensa de Moçambique, Ilídio Rocha, Chefe do BNU Centro de Informação e Documentação.
- 140 anos de imprensa Moçambicana, editado por Fátima Ribeiro e António Sopa, AMOLP, Maputo, 1996.

Recentes estudos de fundo

- Uma pesquisa da USAid de 1993 sobre os Meios de comunicação Moçambicanos.
- Os Meios de comunicação em Moçambique – um inventário para a ASDI por Pamela Rebelo.
- Moçambique 1975 – 1995. Vinte anos de Comunicação Social – Caminhos percorridos. Juarez da Maia, TSS1 estudo para UNESCO.
- Na Imprensa Escrita em Moçambique. Donald S. Palmer, Agosto de 1996

- Perfil dos Meios de Comunicação de Moçambique. Ulrica Hotopp, Dezembro de 1997
- Programa de Comunicação e Cultura em Nampula. Iris Imaginações, para a embaixada holandesa em Moçambique, 1998.
- Pesquisa sobre Saúde Demográfica, Washington, 1997.

Todos esses estudos dão uma riqueza de informações sobre a história e o desenvolvimento dos meios de comunicação em Moçambique. Do ponto de vista de implementação do projecto UNESCO/PNUD todos eles são, porém, ou ultrapassados ou de âmbito muito restrito. Este novo estudo pretende completar a indagação.

Organização do presente relatório

Este relatório oferece algumas das informações recolhidas durante os meses passados. Não é de maneira nenhuma exaustivo e é restrito às informações consideradas úteis para o projecto Desenvolvimento dos Meios de Comunicação - UNESCO/PNUD como está descrito nos termos de referência estabelecidos para este estudo (verifique o anexo A para mais detalhes). Os restantes dados não tratados no relatório podem ser encontrados nos anexos e no banco de dados entregue a UNESCO.

O que se segue é o guia para os conteúdos deste estudo em relação aos termos de referência fornecidos pelo UNESCO/PNUD.

Metodologia e Processo

Com referência ao plano inicial de trabalho deste estudo e o relatório do andamento do trabalho, o **Capítulo 2** fornece uma actualização sobre a metodologia utilizada para levar a cabo o estudo e o processo conducente a este relatório.

Quatro maiores resultados eram esperados da equipa de pesquisa, como estava delineado pelos termos de referência, e eles são apresentados nos capítulos 3 a 7.

Registo [da diversidade dos órgãos de comunicação]

O estudo intencionava registar e avaliar todas as iniciativas dos meios de comunicação no país: as que estão em andamento assim como as que estão em preparação; nacionais ou locais; profissionais assim como semi-profissionais ou orientadas para a comunidade. No presente relatório este registo forma o **Capítulo 3**.

Descrição analítica [da diversidade]

O estudo era também para dar uma descrição analítica do nível do pluralismo de informação em cada uma das dez províncias do país. Esta análise é dada no **Capítulo 4**.

Avaliação [do potencial de sustentabilidade]

A avaliação requerida dos órgãos de comunicação registados cobre uma série de aspectos que variam de propriedade, gestão e controlo, potencial de sustentabilidade, nível técnico e profissional dos recursos humanos, até ao equipamento disponível e o seu nível de funcionalidade.

Esses aspectos são apresentados sob o conceito global de sustentabilidade como está definido na página **24**. Seguindo esta definição, o potencial de sustentabilidade dos órgãos de comunicação é avaliada em relação à sua visão e direcção estratégicas, no **Capítulo 5**, e a sua capacidade de assegurar e gerir recursos para funcionar de forma efectiva e consistente, no **Capítulo 6**.

Constatações e Recomendações

Este relatório contém as séries de recomendações requeridas, baseado nas principais constatações do ponto anterior, no **Capítulo 7**.

Perspectivas e Conclusões

As observações finais e sugestões para uma acção adicional imediata estão inclusas no **Capítulo 8**.

Metodologia e Processo

Uma abordagem quantitativa e qualitativa

Quadro conceptual

Como delineado nas páginas anteriores e detalhado no anexo A, os termos de referência deste estudo requeriam que o estado do pluralismo dos órgãos de comunicação em Moçambique fosse medido nos vários respeitos.

Para fazê-lo, tentamos deconstruir o **conceito de pluralismo** em determinantes mesuráveis e optamos em centralizar na sua **importância e fortalecimento**, determinantes expressas através da noção de diversidade e sustentabilidade. Devemos dizer que a nossa abordagem não exclui a existência de outros determinantes do pluralismo; simplesmente escolhemos esses para este estudo, pois nos pareceram mais relevantes para o objectivo do estudo.

Pareceu-nos que um **significante pluralismo dos órgãos de comunicação** não podia ser alcançado sem um certo grau de **diversidade** em termos de sectores dos meios de comunicação, distribuição geográfica, propriedade dos meios de comunicação, língua utilizada e o seu impacto. Esta diversidade podia ser medida quantitativamente.

Pareceu-nos também claro que **órgãos de comunicação fortalecidos** podiam apenas serem alcançados através de um funcionamento efectivo e consistente dos órgãos de comunicação social, por exemplo, através da sustentabilidade dos órgãos de comunicação. Esta sustentabilidade podia ser medida através de uma gama de factores qualitativos.

Escolhemos tratar a **importância do pluralismo**, mensurável através da diversidade, registando todas as iniciativas e projectos por sector (como eles se auto-definem) no capítulo 3 e a sua respectiva medição do impacto (cobertura actual e a resposta da audiência), no capítulo 4.

Assim como para o **fortalecimento do pluralismo**, mensurável através da sustentabilidade, avaliamos este fortalecimento do pluralismo por órgão de comunicação ao nível da sua visão estratégica e capacidade de assegurar e gerir os recursos que eles requerem para funcionar efectivamente e consistentemente. Isto foi analisado e é apresentado nos capítulos 5 e 6.

Pareceu-nos importante, de uma perspectiva metodológica, dar algumas definições dos termos utilizados neste relatório, já que eles carregam **significados diferentes para diferentes pessoas**. Essas definições estão nas páginas 15 a 21.

Finalmente, devia ser lembrado que as informações aqui dadas foram recolhidas em entrevistas. Elas indicam como os órgãos de comunicação **percebem-se a si próprios** e/ou como eles **querem ser percebidos**. A autora dá os seus comentários e análises dessas percepções mas evitou, deliberadamente, 'corrigir' as informações que lhe foram passadas, uma vez que elas carregam na sua presente forma algumas informações úteis sobre factores de sustentabilidade analisados, tais como a visão estratégica dos entrevistados.

Independência

Uma condição essencial para o sucesso deste estudo foi assegurar a independência, dos órgãos de comunicação existentes no país, do seu quadro conceptual, metodologia, instrumentos de investigação, pesquisadores e o processo de tratamento de dados.

Para assegurar o acima exposto, foi estabelecido o seguinte:

- Os termos de referência dados pelo UNESCO eram claros, detalhados e foram discutidos para evitar qualquer forma de interpretação preconcebida.
- A equipa de treze membros que levou a cabo a pesquisa foi constituída, no máximo possível, por profissionais independentes do sector dos órgãos de comunicação. Isto significa que a pesquisadora sénior, a sua assistente, os especialistas técnicos, o supervisor da pesquisa de campo e os pesquisadores de campo tinham que ser independentes dos órgãos de comunicação moçambicanos. Isto foi alcançado com sucesso excepto em dois casos: um dos pesquisadores de campo era o Director do jornal Zero, em Maputo, e portanto foi destacado para as províncias do norte para levar a cabo a sua missão. Um especialista técnico era da *Rádio Moçambique* e a sua avaliação do equipamento das estações de rádio independentes exigia que não fosse polémica.
- A pesquisadora sénior optou por uma metodologia de pesquisa inclusiva, rejeitando qualquer forma de amostragem dos órgãos de comunicação em Moçambique. Ela estabeleceu, de várias fontes, uma listagem dos órgãos de comunicação, em operação ou em forma de projecto, e depois dividiu-os e distribuiu-os aos pesquisadores de campo.
- A avaliação do acesso da população às várias fontes de informação foi levada a cabo através de dois meios. A circulação da informação foi recolhida do sector dos meios de comunicação impressos e a potência das transmissões do sector dos meios de difusão (rádio e televisão), por um lado. Por outro lado, uma pequena pesquisa de audiência foi levada a cabo em cada localidade visitada pelos pesquisadores de campo, seguindo um critério de selecção de amostra preestabelecido e uniformizado em todo o país.
- O tratamento dos dados recolhidos foi feito através de métodos computadorizados por um especialista técnico, enquanto que o cruzamento e análise de dados e as recomendações foram produzidas pela pesquisadora sénior.

Controlo de qualidade

- O questionário utilizado pelos pesquisadores de campo para entrevistar todos os órgãos de comunicação foi cuidadosamente desenhado pela pesquisadora sénior, MH Bonin. Ela entregou o questionário à Coordenadora Técnica do programa Desenvolvimento dos Medias, ao assessor do PNUD para os assuntos do género, a um especialista em comunicação independente recomendado pelo UNESCO e a

todos os membros da equipa de pesquisa, para comentários. O questionário foi discutido, revisto e melhorado durante uma sessão inicial de instruções metodológicas.

- Foi realizado um pré-teste com o questionário antes da pesquisa começar, esse pré-teste foi realizado com três órgãos de comunicação em Maputo e depois disso o questionário foi revisto pela pesquisadora sénior e pela sua assistente.
- O critério de selecção no estabelecimento da equipa de pesquisa foi que o supervisor da pesquisa e os pesquisadores de campo fossem muito familiarizados com o terreno moçambicano e as suas condições. Eram todos moçambicanos e a maioria deles já haviam realizado pesquisa de campo anteriormente.
- Antes do começo da pesquisa foi organizada uma sessão inicial de instruções metodológicas, durante três dias, envolvendo todos os membros da equipa de pesquisa, representantes do NSJC, representantes da UNESCO, o assessor do PNUD para os assuntos do género e o especialista em comunicação independente recomendado pela UNESCO. A sessão incluiu instruções contextuais, discussões metodológicas, análise do questionário, pré-teste e revisão e a preparação logística.
- Os pesquisadores de campo foram instruídos a fazer entrevistas apenas com os Directores ou Editores dos órgãos de comunicação, para evitar qualquer erro nas informações que poderiam ter sido fornecidas por outros membros do órgão, isto é, membros da direcção ou funcionários.
- Os pesquisadores de campo e os especialistas técnicos eram monitorados e a pesquisadora sénior ou a sua assistente entrevistaram quando foi preciso.
- Um grande esforço foi lançado para registar e entrevistar todos os órgãos de comunicação e projectos. Verifique a página 15 para os critérios e as definições de órgãos de comunicação e projectos.
- Foram publicados anúncios em diferentes jornais no começo do trabalho de campo, convidando todos os órgãos de comunicação que não tinham sido ainda contactados para uma entrevista, a entrar em contacto com a equipa de pesquisa. Isto foi para evitar que algum órgão de comunicação fosse deixado de lado.
- Os órgãos de comunicação e projectos não inclusos neste estudo, foram deixado de fora involuntariamente, quer porque não estavam disponíveis para a entrevista no momento, ou porque não puderam ser localizados ou eram desconhecidos e não responderam aos anúncios publicados nos jornais ou ainda porque foram criado depois do período da pesquisa de campo. (verifique a página 16).
- Em dois casos as entrevistas foram realizadas mas as informações recolhidas não foram utilizadas. No caso da AIM, a agência nacional de notícias, foi entrevistada mas forneceu informações não específicas referentes a várias publicações e serviços. Por razões metodológicas, uma vez incapazes de separar os dados recolhidos por Meio dentro do órgão e a relutância em tratar uma agência de notícias como um órgão multimedia, foi decidido deixar a AIM de fora para evitar qualquer interpretação excessiva. No caso da RM Manica, depois de a entrevista ter sido completada, os questionários para preencher foram deixados com o entrevistado a fim de conferir e

assinar (veja os procedimentos descritos abaixo) só que os questionários não foram devolvidos.

- Os pesquisadores de campo eram solicitados a obter a assinatura dos entrevistados nos questionários preenchidos, assim que a entrevista estivesse completada, confirmando que todas as informações prestadas era uma reflexão verdadeira das suas respostas ao questionário a que foram expostos.
- Várias revisões dos dados compilados foram levadas a cabo para minimizar possíveis erros na análise e interpretação. Quando surgiam dúvidas na base de contradições aparentes na informação compilada, o pesquisador sénior revia uma vez mais todos os questionários individuais, contactava telefonicamente os entrevistados para averiguar as informações e depois disso eram feitas correcções no banco de dados.

Processo

- O NSJC obteve o contracto desta pesquisa em Março de 1999 seguindo os procedimentos padrões.
- Uma equipa de 13 pessoas foi estabelecida pelo NSJC em colaboração com, e incluindo, o Sr. Dionísio Quelhas e outros quatro associados da Gestinform, uma empresa moçambicana que também submeteu uma proposta de pesquisa para a UNESCO/PNUD.
- O NSJC e a UNESCO organizaram uma instrução de três dias para a equipa envolvida, para definir e assegurar o entendimento dos objectivos, do processo e da metodologia deste estudo.
- Foi também pre-testado, durante esta sessão de instrução, um questionário que depois foi revisto. Após a revisão, questionário foi impresso e imediatamente distribuído aos pesquisadores de campo por D. Quelhas (Gestinform), infelizmente sem uma última revisão, o que explica a ausência da menção da UNESCO/PNUD (e NSJC) no questionário.
- Do final de Março ao começo de Maio, sete pesquisadores de campo moçambicanos procederam a entrevistas de mais de 111 órgãos de comunicação e projectos nas onze províncias do país.
- Os especialistas técnicos, também parte da equipa de pesquisa, visitaram e avaliaram as instalações técnicas de 5 provedores de internet, 8 gráficas e 18 instalações de emissoras de rádio em todo o país.
- Quando encontrassem os Editores ou Directores dos órgãos de comunicação os pesquisadores e os especialistas técnicos apresentavam-se com as cartas credenciais preparadas pelo Sr. Hubert Charles, Representante da UNESCO, explicando o objectivo do estudo e pedindo a colaboração dos órgãos de comunicação.

- Assim que os dados foram recolhidos, os associados da Gestinform iniciaram a programação e introdução dos dados desde os meados de Abril até o final de Maio.
- Devido a constrangimentos de habilidades na programação este processo foi interrompido pela pesquisadora sénior MH Bonin e os dados foram entregues ao especialista em programação, Sr. Duma, no final de Maio.
- A nova compilação e análise dos dados, conclusões, recomendações e o relatório, foram desenvolvidos nos meses de Junho e Julho de 1999.
- Um comité de assessores técnicos foi convidada a ler e comentar o rascunho deste relatório. Esse comité incluía a Sra. Orlanda Mendes e os Srs. Machado da Graça, Antonio Gumende e Jan Maruis Tillmans.

Pontos fortes

- A equipa de pesquisa envolveu vários profissionais com uma imensa gama de habilidades - dois sociólogos familiarizados com Moçambique e experientes em pesquisa e em comunicação para o desenvolvimento, dois especialistas com experiência de pesquisa quantitativa em Moçambique, dois especialistas técnicos em rádio e imprensa e sete pesquisadores de campo nacionais, todos com formação académica universitária.
- O relacionamento de trabalho próximo entre os membros da equipa também proporcionou uma capacitação e uma oportunidade de desenvolvimento de habilidades para os especialistas técnicos de rádio e imprensa que não tinham experiência de pesquisa e para a maioria dos pesquisadores da Gestinform que tinham experiência em outros tipos de pesquisa.

Limitações

- A falta dos endereços de contacto ou números de telefone limitaram o número de órgãos de comunicação pesquisados desconhecidos mas registados, considerados inoperantes.
- Os constrangimentos de orçamento, tempo e da língua tiveram impacto na selecção dos especialistas técnicos.
- O tamanho do questionário (25 páginas) exigiu entrevistas longas e teve impacto no curto período de atenção dos entrevistados.
- Os constrangimentos de capacidades técnicas forçaram mudanças na composição da equipa durante a última fase da pesquisa (processamento de dados) e tiveram um impacto considerável no tempo disponível para a análise dos dados.

- Constrangimentos de tempo tiveram impacto na medida em que o novo especialista em processamento de dados usou os dados recolhidos. Mais tempo teria permitido mais cruzamento de dados a partir da informação recolhida.
- Constrangimentos de orçamento e de tempo tiveram impacto na apresentação deste relatório, respondendo a apenas simples requisitos de publicação, isto é, maquetização doméstica, fotocópias e agrafos.
- Este relatório foi exigido em inglês enquanto que os dados foram recolhidos em português. Isto envolveu tradução e isso pode ter introduzido algumas interpretações.

Registo Nacional das iniciativas de Media

Diversidade do cenário dos Media em Moçambique

O projecto Desenvolvimento dos Media em Moçambique - UNESCO/PNUD pretende fortalecer o pluralismo dos órgãos de comunicação no país. Isto pressupõe que o pluralismo é uma realidade e os resultados deste estudo permitem confirmar essa constatação.

Poder-se-ia apenas querer qualificar quão significativo é o actual nível do pluralismo dos órgãos de comunicação neste momento particular da história dos órgãos de comunicação moçambicanos, de modo a poder medir que grande desafio implicaria o seu fortalecimento.

O relatório deste estudo oferece um mapeamento da diversidade do sector em termos de número de órgãos de comunicação, tipo, localização geográfica, produção linguística e forma de propriedade. O estudo oferece também a oportunidade de se produzir um primeiro directório dos órgãos de comunicação nacional (anexado) apresentando algumas destas informações numa maneira sucinta.

A equipa de pesquisa investigou quase todos os órgãos de comunicação e projectos no país, como está definido na página 15: Nada menos que 111 órgãos foram realmente pesquisados. Os órgãos de comunicação em funcionamento formam a melhor parte dos que foram pesquisados: são 92 no total. 19 órgãos de comunicação que continuam ainda sob a forma de projectos foram também pesquisados. Verifique o Anexo C para ter a lista completa dos órgãos de comunicação pesquisados.

Como está explicado nas páginas 15 e 16, infelizmente alguns não foram pesquisados. Se todos os órgãos existentes durante o período da pesquisa pudessem ter sido incluídos, haveria no mínimo mais sete órgãos de comunicação (AIM, Coopimagem, Desafio, RM Cabo Delgado, RM Manica, Serviço Externo da RM e o Amanhã). Cinco projectos de órgãos não foram também pesquisado - três que entraram em funcionamento depois do período da pesquisa (Amanhecer, TVM Cabo Delgado, TVM Zambézia) e dois que continuam na situação de projecto (Novo Diário Independente, Regional Centro). Estes levam o total de 111 pesquisados para 123 o número de órgãos registados. De facto poderia ter existido mais durante esse período uma vez que devia haver pequenas publicações como boletins informativos e projectos que eram por nós desconhecidos e que não responderam aos anúncios dos jornais convidando-os a se registarem. Consulte o directório dos órgãos de comunicação em anexo para ver todos os órgãos registados.

Imprensa escrita e órgãos de difusão

As duas categorias gerais de **imprensa escrita** e **órgãos de difusão** dividem, em termos numéricos, quase por igual o espectro total dos órgãos de comunicação em funcionamento e projectos. A imprensa escrita, incluindo jornais impressos assim como os distribuídos por fax ou pela internet ou ainda pelo correio electrónico são a maioria dos órgãos de comunicação pesquisados. O sector de difusão, incluindo rádio, televisão e vídeo, são pouco numerosos dentro dos órgãos de comunicação em funcionamento mas representam a maioria dos projectos. Os restantes órgãos são multimedia, incluindo um

parcialmente em funcionamento e 3 projectos. Cada uma dessas categorias gerais foi subdividida em várias subcategorias, onde algumas claramente dominam em números. No sector da imprensa escrita, os jornais semanais, outros jornais que não sejam diários ou semanários e os boletins são os mais numerosos. No sector dos órgãos de difusão, as rádios estão indiscutivelmente dominando a cena.

A tabela a seguir mostra a discriminação de todos os órgãos de comunicação pesquisados por categorias gerais e subcategorias. Consulte a secção sobre Tipologia na Definição da Terminologia de Base (páginas 17 - 20) para as definições dos rótulos de base mostradas na coluna esquerda. A mesma secção inclui uma explicação do processo de categorização.

Imprensa escrita e órgãos de difusão em operação e projectos ¹

	TOT	OPER	PROJ
Imprensa escrita	53%	57%	37%
Jornais diários	4	4	—
Jornais semanários	13	11	2
Outros jornais	13	11	2
Boletins	12	10	2
Revista	7	7	—
Correio electrónico	2	2	—
Fax Diário	6	5	1
Fax Semanal	—	—	—
Outros Fax	2	2	—
Difusão	43%	42%	47%
Radio Publica	10	10	—
Radio Comercial Privada	2	2	—
Radio Religiosa	8	8	—
Radio Comunitária	13	4	9
Radio de Partido Político	1	1	—
Televisão Publica	5	5	—
TV comercial privada	1	1	—
TV Religiosa	1	1	—
TV Comunitária	—	—	—
Outras TV	—	—	—
Vídeo Publicitário	1	1	—
Produção de Vídeo Musical	—	—	—
Vídeo Documentário	1	1	—
Produção de vídeos variados	5	5	—
Multimedia	4%	1%	16%
Meio-operacional e projectos	4	1	3
Total pesquisado	111	92	19
Agencia de Noticias	1	1	—
Jornais	4	2	2
Revista	1	—	1
Radio Publica	3	3	—
TV Publica	2	—	2
Produção de vídeos variados	1	1	—
Total registado ²	123	99	24³

1. Durante o período pesquisado, Abril de 1999
2. Não será feita nenhuma referencia adicional para aqueles registados mas não pesquisados (7 em operação e 5 projectos) neste estudo e todas as outras tabelas nele contidas. Esses estão citados na pagina 36.
3. Quase todos os projectos registados que não foram pesquisados (excepto um dos projecto de jornal) tornaram-se operacionais depois do período da pesquisa.

Quatro características distintas da imprensa escrita e dos órgãos de difusão moçambicanos emergem destes perfis:

- Em primeiro lugar, a impressionante extensão e número de órgãos de comunicação reflecte o dinamismo marcante do sector dos meios de comunicação moçambicanos.
- Em segundo lugar, a imprensa escrita em Moçambique é qualquer coisa menos jornais diários. Não existem outros projectos para criar mais jornais diários e existem poucos projectos de órgãos de comunicação impressos.
- Em terceiro lugar, o sector de difusão em Moçambique, dominado pela rádio, está mudando, da prevalência de uma rede nacional de rádio pública para a existência de mais rádios locais, maioritariamente constituídas por estações de rádios comunitárias e projectos de rádios religiosas.
- Em quarto lugar, um número razoável de novos projectos de órgãos de comunicação em Moçambique poderia indicar a percepção do ambiente nacional como sendo favorável para os órgãos de comunicação, mas poderia também indicar que existem vazios nos serviços de informação actualmente oferecidos.

Órgãos de comunicação e projectos nacionais, provinciais e locais

Os resultados do estudo demonstram que, contrariamente ao que se poderia esperar, existem poucos órgãos de comunicação que se descrevem como sendo 'nacionais' do que 'provinciais' ou 'distritais'. (escolhemos adoptar o termo 'distrital' do que 'local' uma vez que este traduz mais genuinamente a ideia a que se referiu em português durante as entrevistas).

Órgãos de comunicação provinciais e distritais

Perto de 60% de todos os órgãos de comunicação pesquisados descreve-se como sendo quer provinciais ou distritais (66 dos 111) e apenas 36% descrevem-se como sendo órgãos de comunicação 'nacionais' ou projectos (40). Os restantes 4% estão operando quer ao nível nacional e quer regional (SADC) ou estão dirigidos ao mercado internacional.

Dos 66 órgãos de comunicação e projectos que se descrevem como sendo 'provinciais' ou 'distritais', 50 estão actualmente em funcionamento.

Desses, 9 estão sediados na Cidade de Maputo, estando os restantes distribuídos em cada uma das dez províncias. As províncias que estão melhor servidas por esses órgãos de comunicação são a Cidade de Maputo (9), Zambézia (7), Sofala (7) e Inhambane (6). Somando a província e Cidade de Maputo, a região capital é claramente a que está melhor servida pelos tais órgãos de comunicação provinciais ou distritais (13).

Como pode ser observado abaixo, as estações de rádio formam a maior parte dos órgãos de comunicação provinciais e distritais (22).

O serviço provincial da Rádio Moçambique - empresa pública, é o mais presente nas províncias. As estações de rádio religiosas (6) e comunitárias (4) também formam uma

parte importante desse grupo dos órgãos de comunicação e são encontrados em seis províncias.

No sector da imprensa escrita, a maioria das publicações provinciais e distritais são jornais que não são nem diários nem semanários (7) e boletins (6). Esses estão presentes em nove províncias. Fora da Cidade de Maputo, apenas uma província conta com um jornal diário (1) e três províncias tem um ou dois jornais semanários.

- A maioria dos órgãos de comunicação estão, portanto, definindo os seus campos de acção como provincial ou distrital e são na sua maioria emissoras de rádio.
- As províncias de Cabo Delgado, Manica, Gaza e Nampula são as que tem menos órgãos de comunicação.

Tabela 2
Órgãos de comunicação provinciais e distritais

	TOT	CD	Gaza	Inhb	M.Cid	Mnc	MPr	Nmp	Nia	Sof	Tet	Za
Jornais diários	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Jornais semanários	4	-	-	2	-	1	-	-	1	-	-	-
Outros jornais	7	1	1	1	1	-	1	-	1	-	-	1
Boletins	6	-	-	1	1	-	-	1	-	1	-	2
Revista	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Correio electrónico	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fax Diário	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Fax	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Radio Publica	9	-	1	1	2	-	-	1	1	1	1	1
Radio Comercial	2	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Radio Religiosa	6	-	-	-	-	-	1	1	-	2	1	1
Radio Comunitária	4	-	1	-	-	-	1	-	-	-	1	1
Radio de Partido Político	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Televisão Publica	3	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-
TV comercial	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
TV Religiosa	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Outras TV	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vídeo Publicitário	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vídeo Documentário	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Prod. de vídeos variados	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Multimedia	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Total	50	1	3	6	9	2	3	4	4	7	4	7

- Como está indicado abaixo, dezasseis (16) órgãos de comunicação provinciais ou distritais adicionais continuam na forma de projectos – a maioria desses são projectos de rádio comunitárias (9) em Manica, Nampula e especialmente em Tete.
- Tais projectos não existem para as províncias de Cabo Delgado, Gaza e Inhambane -- embora as primeiras duas destas províncias tem poucos órgãos de comunicação provinciais ou distritais já em funcionamento.

- Pode ser também notado que não existem projectos conhecidos de jornais diários e apenas um único projecto de jornal semanário a caminho.

Tabela 3
Projectos de órgãos de comunicação provinciais e distritais

	TOT	CD	Gaz	Inhb	M.Cid	Mnc	MPr	Nmp	Nia	Sof	Tet	Zam
Jornal Semanário	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Outros Jornais	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Boletim	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Radio Comunitária	9	-	-	-	1	2	1	2	-	1	2	-
Multimedia	3	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	1
TOTAL	16	0	0	0	2	3	2	2	1	1	2	3

Os órgãos de comunicação nacionais

Dentre todos os órgãos de comunicação que se descrevem como sendo 'nacionais' (40), 37 estão actualmente em funcionamento e três ainda no estágio de projecto. Quase todos esses órgãos de comunicação estão sediados na Cidade de Maputo (32).

Este quadro deixa apenas cinco (5) órgãos de comunicação nacionais a funcionar fora da Cidade de Maputo, nomeadamente um diário e um semanário na província de Maputo (na Matola), uma revista em Nampula, um boletim e um jornal que não é nem diário nem semanário em Sofala.

Curiosamente, o Diário de Moçambique, um diário publicado na cidade da Beira, capital de Sofala, não se descreve como um órgão de comunicação nacional, embora possa ser comprado em qualquer outro lugar do país e contenha informações substanciais de âmbito nacional. Pode-se questionar se não existem órgãos de comunicação iguais a este sediados em Maputo que se descreveram como sendo nacionais e poderiam ser considerados mais provinciais ou locais.

Tabela 4
Órgãos de comunicação e projectos descritos como nacionais

	TOT	Ci.Map	Map.Prv	Namp	Sofal	(Proj.)
Jornais diários	3	2	1	-	-	
Jornais semanários	8	6	1	1	-	(1)
Outros jornais	4	4	-	-	-	(1)
Boletins	3	2	-	-	1	
Revista	6	5	-	1	-	
Correio electrónico	2	2	-	-	-	
Fax Diário	6	5	-	1	-	(1)
Outros Fax	1	-	-	-	1	
Radio Publica	1	1	-	-	-	
Radio Religiosa	1	1	-	-	-	
Televisão Publica	1	1	-	-	-	
Vídeo Publicitário	1	1	-	-	-	
Prod. de vídeos variados	3	3	-	-	-	
Total	40	33	2	3	2	
Total em funcionamento	37	32	2	1	2	
Total em projectos	3	1	0	2	0	(3)

A actual concentração dos órgãos de comunicação 'nacionais' na Cidade e província de Maputo poderia significar uma deficiente cobertura das notícias provinciais e locais nos órgãos de comunicação nacionais, além das notícias sobre Maputo, a não ser que muitos dos órgãos de comunicação sediados em Maputo tenham uma forte presença em outros lugares do país.

A *Radio Moçambique*, a *TVM* e o *Notícias* tem delegações nas províncias, a *Mediacoop* abriu muito recentemente uma delegação na Beira, mas tal presença fora de Maputo é em muitos casos improvável, dado o facto de que muitos órgãos de comunicação tem recursos limitados.

Poder-se-ia imaginar que na maioria dos órgãos de comunicação 'nacionais', Maputo beneficia de um tratamento preferencial sobre as outras províncias. Entretanto, esta hipótese devia ser objecto de um estudo adicional.

- Será que a maioria dos órgãos de comunicação actualmente em operação são principalmente provinciais ou distritais (50) do que nacionais (37), precisamente porque os órgãos de comunicação 'nacionais' são percebidos como muito orientados para Maputo, chamando pelo vazio a ser preenchido? O presente estudo é incapaz de responder a esta pergunta com certeza mas analistas de conteúdo poderiam possivelmente confirmar esta hipótese. Uma coisa é óbvia: esta tendência é improvável de ser mudada com os projectos dos órgãos de comunicação actuais e outros vindouros. De facto a maioria dos novos projectos dos órgãos de comunicação (16 dos 19) não se descreveram como sendo nacionais mas sim como provinciais ou distritais. Apenas três novos projectos de órgãos de comunicação pretendem ser de funcionamento nacional.
- É interessante notar que 81% dos órgãos de comunicação nacionais em funcionamento estão no sector da imprensa escrita, com 30 publicações contra 7 órgãos do sector da difusão, enquanto que os órgãos de comunicação provinciais e distritais são dominados pela rádio. É claro que o alcance das transmissões estabelece claramente os limites geográficos do rádio que a imprensa escrita.

Estrutura da propriedade dos órgãos de comunicação

O pluralismo de qualquer sector dos órgãos de comunicação é também mensurável em termos da diversidade da sua propriedade. O que poderia ser dito da diversidade dos órgãos de comunicação do país se estes fossem inteiramente dominados por um único dono, seja ele o Estado, empresário, uma igreja ou uma multinacional?

A este respeito, os órgãos de comunicação moçambicanos somam positivamente com 34% dos órgãos possuídos na totalidade ou maioritariamente pelo sector público (ou Estado como muitas vezes é descrito), 36% possuídos inteiramente ou na sua maioria pelos interesses comerciais privados e 28% adquiridos inteiramente ou na sua maioria por entidades privadas sem fins lucrativos.

É importante notar que a questão da propriedade foi a mais difícil de ser respondida pelos entrevistados durante a pesquisa.

- Em primeiro lugar, vários entrevistados (editores e directores) não souberam como responder e para tal tiveram que fazer várias consultas.

- Em segundo lugar, outros entrevistados tiveram dificuldades para entender as noções de 'sem fins lucrativos' versus 'empreendimento comercial'. Muitas vezes eles acreditaram que qualquer renda proveniente da venda ou de publicidade significava que a empresa era comercial, ou que a ausência de lucro significava automaticamente que a empresa era sem fins lucrativos, independentemente do seu actual estado e objectivos. Nesta perspectiva, apenas os empreendimentos comerciais poderiam merecer uma renda e os órgãos sem fins lucrativos deveriam permanecer inteiramente dependentes de donativos e ofertas.
- Em terceiro lugar, vários entrevistados do serviço público foram igualmente incapazes de diferenciar o objectivo comercial do objectivo não lucrativo, ou - quando falando em empresa mista - foram incapazes de dizer se os interesses estatais ou privados eram accionistas majoritários.
- Havia também algumas confusões dentro das emissoras de rádio comunitárias e religiosas. Isto foi clarificado uma vez que uma estação religiosa descreveu-se como sendo um órgão comercial privado enquanto que as outras são realmente não-lucrativas, e uma vez que todas as estações de rádio comunitária do ICS foram reagrupadas na categoria 'público sem fins lucrativos' apesar do facto de que algumas delas descreveram-se diferentemente.
- Finalmente, devia ser notado que em varias partes do mundo, existem donos de órgãos de comunicação que não desejam ser conhecidos. Oferecer falsas informações sobre o assunto não é uma ocorrência fora de comum e, hipoteticamente, poderia ter acontecido durante esta pesquisa. 'Testas de ferro' nos registos legais (esses não foram consultado) poderiam também ter sido providenciados às autoridades moçambicanas em alguns casos desconhecidos.

Olhando para ambos os órgãos de comunicação em operação e projectos, a imagem completa é como se segue:

Tabela 5
Estrutura da propriedade dos órgãos de comunicação

	TOTAL	Em operação	Em Projecto
Propriedade publica			
Publico/Estatal não lucrativo	23	19	4
Publico/Estatal comercial	11	11	-
Misto + Público/Estatal não lucrativo ¹	1	1	-
Misto + Público/Estatal Comercial	-	-	-
Propriedade privada			
Misto + Privado não lucrativo	2	2	-
Misto + Privado comercial	3	3	-
Privado comercial único dono	12	12	-
Privado comercial sócios	14	12	2
Privado comercial religioso	1	1	-
Privado comercial cooperativo	6	5	1
Privado Associativo não lucrativo	14	10	4
Privado não lucrativo - outros ²	8	4	4
Outras formas de propriedade ³	2	1	1
Sem informação	3	1	2
TOTAL	111	92	19

1. *Misto: empresa mista cuja maioria das acções é controlada quer pelos sector privado ou pelo sector publico/estatal.*
2. *Privado não lucrativo - outros. Adquirido por ONGs ou partidos políticos.*
3. *Outras formas de propriedade: respostas não especificadas dos projectos de órgãos.*

Propriedade dos órgãos de comunicação impressos

Olhando para a propriedade dos órgãos de comunicação escritos, pode-se observar que a maioria dos jornais são inteiramente (14) ou maioritariamente (2) possuídos pelos interesses comerciais privados. O resto dos jornais são possuídos inteiramente ou maioritariamente por entidades privadas sem fins lucrativos (6), ou inteiramente por empresas publicas (3). Isto indica uma forte diversificação da propriedade dos jornais quando comparados com a historia passada de Moçambique.

A única questão levantada pelo modelo actual de propriedade dos jornais é a prevalência de indivíduos singulares a possuir a maioria das empresas comerciais – em vez de sociedades ou cooperativas. Dada a fragilidade da recém liberalizada economia e a pequena circulação dos jornais em Moçambique, pode-se questionar se muitas dessas empresas não serão vulneráveis em termos de capitais. Mas apenas o teste do tempo responderá a esta questão.

Outros tipos de publicações, porém, são maioritariamente possuídos por entidades privadas sem fins lucrativos (11). Oito são possuídas inteiramente ou maioritariamente por interesses privados com fins comerciais, e seis inteiramente por empresas públicas. De facto tal presença das entidades sem fins lucrativos nesse segmento do mercado é provavelmente mais forte que o sugerido, uma vez que existe certamente um grande número de boletins que não foram cobertos por esta pesquisa, que são também possuídos por entidades privadas sem fins lucrativos tais como as ONGs e associações.

Tabela 6
Propriedade dos órgãos de comunicação impressos (operacionais)

	TOT	Jornais			Outras publicações				
		Diário	Semanário	Outros	Boletim	Revista	E-mail	Fax diár	Outros fax
Público/Estatal									
Sem fins lucrativos	8	-	-	2	3	3	-	-	-
Comercial	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Empresas mistas									
Público s/ fins lucrativos	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercial Público	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Privado s/ fins lucrativos	2	1	-	-	-	1	-	-	-
Comercial privado	3	-	2	-	-	-	-	1	-
Comercial privado									
Único dono	10	2	3	3	-	-	-	1	1
Sócios	6	-	1	1	-	-	2	2	-
Religioso	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Cooperativo	5	-	3	1	-	-	-	1	-
Privado s/ fins lucrativos									
Religioso	3	-	-	-	2	1	-	-	-
Associativo	9	-	1	4	1	2	-	-	1
Outros s/ fins lucrativos	3	-	-	-	3	-	-	-	-
Outras posses									
Não há informação	1	-	1	-	-	-	-	-	-
TOTAL	52	4	11	11	10	7	2	5	2

Propriedade dos órgão de difusão

O modelo de propriedade no sector da difusão é diferente daquele do sector da imprensa escrita. Na difusão, as empresas públicas estão bem posicionadas em ambos rádio e televisão.

A maioria das estações de rádio são propriedade de empresas públicas (14), seguido de oito (8) possuídas por entidades privadas sem fins lucrativos e apenas três (3) por empresas privadas comerciais (incluindo uma religiosa comercial). Curiosamente, a maioria das estações de rádio públicas descrevem-se como sendo emissoras públicas comerciais. Essas são essencialmente as estações da *Rádio Moçambique*. As estações de rádio pública sem fins lucrativos são descritas como estações de rádio comunitária e são aquelas pertencentes ao Instituto de Comunicação Social. As estações de rádio privadas sem fins lucrativos (8) são essencialmente possuídas pelas igrejas (7).

Existem sete estações de televisão, quatro das quais são inteiramente possuídas por empresas públicas, duas por proprietários privados comerciais e uma por uma empresa mista (maioritariamente pública).

A produção de vídeo (7 em funcionamento) é o sector da difusão onde as empresas privadas comerciais estão mais envolvidas. Negócios de sociedade detém (4) dessas firmas de produção, incluindo uma produtora de publicidade e uma de vários tipos de produções. As empresas públicas (3) estão também um pouco presente neste sector, detendo três firmas sem fins lucrativos envolvidas na produção de documentários e outras produções. Essas são as unidades de vídeo do *Instituto de Comunicação Social*.

Tabela 7
Propriedade dos meios de difusão (operacionais)

	TOT	Rádio					TV			Vídeo		
		Publica	Comer.	Relig	Comuni	Polít.	Publica	Comer.	Relig.	Publici	Doc.	Vários
Público/Estatal												
Sem fins lucrativos	11	2	-	-	4	-	2	-	-	-	1	2
Comercial	10	8	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-
Empresas mistas												
Público s/ fins lucrativos	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Comercial Público	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercial privado	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercial privado												
Único dono	2	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Sócios	6	-	1	-	-	-	-	-	1	1	-	3
Religioso	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Cooperativo	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privado s/ fins lucrativos												
Religioso	7	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-
Associativo	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros s/ fins lucrativos	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Outras posses												
Não há informação	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	39	10	2	8	4	1	5	1	1	1	1	5

Línguas usadas nos órgãos de comunicação moçambicanos

A língua portuguesa é massivamente utilizada pelos órgãos de comunicação moçambicanos e não existem sinais de mudanças futuras, a julgar pelas intenções dos novos projectos.

Apenas um órgão de comunicação declarou utilizar exclusivamente uma língua nacional e nenhum novo projecto parece ter intenção de fazer o mesmo.

No caso dos actuais órgãos de comunicação e aqueles que estão projectados, os que utilizam maioritariamente o português são principalmente os órgãos de comunicação impressos, enquanto que os que utilizam as línguas nacionais estão, na sua maioria, nos sectores do rádio e vídeo.

Um facto curioso para ser anotado é que 5.5% dos órgãos de comunicação moçambicanos estão actualmente a utilizar somente o inglês como a sua língua de produção. Esses são maioritariamente órgão de comunicação impressos, e uma empresa de produção de vídeo. Não existem novos projectos que intendem usar o inglês.

Tabela 8
Língua de publicação e de difusão (operacional)

	TOT	Portug.	L.Local	Port+1Local	Port++Local	Inglês
Jornal diário	4	4	-	-	-	-
Jornal semanário	11	10	-	-	1	-
Outros jornais	11	8	-	-	1	2
Boletim	10	9	-	1	-	-
Revista	7	7	-	-	-	-
Cor. Electrónico	2	1	-	-	-	1
Fax diário	5	4	-	-	-	1
Outros fax	2	1	-	-	-	1
Rádio pública	10	2	-	2	6	-
Rádio comercial	2	1	-	1	-	-
Rádio religiosa	8	2	-	-	6	-
Rádio comunitária	4	-	1	2	1	-
Rádio de partido pol.	1	-	-	1	-	-
TV Pública	5	5	-	-	-	-
TV comercial	1	1	-	-	-	-
TV religiosa	1	1	-	-	-	-
Vídeo publicitário	1	-	-	-	1	-
Vídeo documentário	1	-	-	-	-	1
Prod. Vídeos variados	3	1	-	2	-	-
Multimedia	1	-	-	-	1	-
Não há informação	2	-	-	-	-	-
TOTAL	92	57	1	9	17	6

Portug. = somente português

L.Local = somente línguas nacionais

Port+1Local = português e uma língua nacional

Port++Local = português e duas ou mais línguas nacionais

Inglês = somente inglês

No exercício actual, a maioria dos órgãos de comunicação utilizam exclusivamente o português (62%), enquanto que perto de um terço utiliza português com mais uma ou mais línguas nacionais (28%).

Mas isto é diferente no caso dos projectos de órgãos de comunicação, como pode ser observado na próxima tabela.

Tabela 9
Línguas de publicação e de difusão (dos órgãos de comunicação em projecto)

	TOTAL	S/ resposta	Portug.	Llocal	Port.+1Llocal	Port.++Llocal	Inglês
Jornal semanário	2	-	2	-	-	-	-
Outros jornais	2	-	2	-	-	-	-
Boletim	2	-	2	-	-	-	-
Revista	0	-	-	-	-	-	-
Fax diário	1	-	1	-	-	-	-
Rádio religiosa	0	-	-	-	-	-	-
Rádio comercial	0	-	-	-	-	-	-
Rádio comunitária	9	1	1	-	5	2	-
TV comercial	0	-	-	-	-	-	-
Multimedia	3	-	-	-	1	2	-
TOTAL	19	1	8	0	6	4	0

Os novos projectos parecem considerar o uso do português como a única língua de comunicação no lugar da sua utilização em combinação com uma ou mais línguas nacionais.

Apenas 42% dos novos projectos estariam utilizando exclusivamente o português e 53% utilizaria o português em associação com as línguas nacionais. Isto representa uma queda de 20% do actual nível da utilização unicamente do português nos órgãos de comunicação, e um aumento de 25% no actual nível de utilização do português em associação com as línguas nacionais.

Olhando muito de perto nos órgãos de comunicação em operação e nos novos projectos, este futuro aumento no uso das línguas nacionais pode ser atribuído aos projectos de rádio e de multimedia sozinhos. Todos os novos órgãos de comunicação impressos pretendem utilizar o português como a sua única língua de publicação.

Tabela 10
Língua de publicação e difusão (todos os meios)

	Em funcionamento			Em projecto		
	Só Port.	Port.+Llocal	Inglês	Só Port.	Port.+Llocal	Inglês
Imprensa escrita	44	3	5	7	-	-
Rádio	5	19	-	1	7	-
Televisão e Vídeo	8	3	1	-	-	-
Multimedia	-	1	-	-	3	-

Parece, portanto, que quanto mais estações de rádios vierem a existir no país, mais línguas nacionais serão usadas na comunicação. Para confirmar mais esta aparente tendência, é interessante olhar para a primeira língua da escolha dos ouvintes de rádio.

Como está explicado no *Capítulo 2: Metodologia e Processo*, o estudo incluiu também uma mini-pesquisa das preferências individuais com relação aos jornais que eles lêem e as emissoras que eles escutam.

Isto não constitui uma pesquisa de audiência propriamente dita, mas uma amostra de 136 indivíduos (seleccionados em mercados, escolas e serviços públicos em 25 distritos em todas as províncias do país) fornece também algumas informações sobre assuntos ligados às línguas. Mais detalhes sobre os entrevistados podem ser encontrados na tabela 18 na página 55 e no anexo H.

Tabela 11
Primeira língua de escolha dos ouvintes de rádio (mini-pesquisa)

	TOTAL	%	F	M	Idade	Escolaridade
Bitonga	3	1.9	1	2	32	5
Changana	2	1.3	1	1	34	5
Chimanconde	1	0.6	1	-	43	11
Cilewe	3	1.9	1	2	21	6
Emakuwa	3	1.9	-	3	32	4
Muani	1	0.6	1	-	23	10
Nhanja	1	0.6	-	1	20	10
Português	35	86.0	67	68	29	9
Sena	1	0.6	-	1	29	6
Todas as Línguas	1	0.6	-	1	25	2
Tsonga	1	0.6	1	-	19	6
Yao	1	0.6	1	-	40	5
Não respondeu	4	2.6	4	-	23	6
TOTAL	157	100	74	79		
Médias					28	7

Quando perguntados em que língua ouvem rádio, 86% dos entrevistados responderam 'português'. A mesma tendência foi observada em todas as províncias excepto em Cabo Delgado e Manica, onde a escolha do português é menos pronunciada, embora não de maneira muito significativa.

Esta escolha não é surpreendente quando se toma em consideração que o português é a língua mais usada pelos órgãos de comunicação moçambicanos. É, entretanto, um pouco surpreendente quando considerando que apenas quatro (4) das estações de rádio existentes (24 no total) transmitem unicamente em português. 25 estações de rádio transmitem em português e outras *línguas nacionais*, das quais 17 transmitem em mais de uma língua nacional (veja tabela 8).

Como podemos explicar que tão poucas pessoas mencionaram uma língua nacional como a sua primeira língua na qual escutam a rádio? Poderia o 'português soar como uma boa resposta? Ou poderia isto ser explicado pelo facto de que a amostra é formada por um grupo maior da província de Maputo? Se for o caso, como podemos então explicar a preferência pelo português nas províncias do sul ao contrário das outras partes do país? Ou seria isto explicado pelo facto de que a maioria dos ouvintes entrevistados são na verdade ouvintes da emissão nacional da Rádio Moçambique em vez da sua emissora provincial ou dos serviços interprovinciais.?

■ Esta preferência dos ouvintes de rádio pela língua portuguesa deveria ser confirmada através de outras pesquisas de audiência e discutido com linguistas nacionais. A *Rádio Moçambique* levou a cabo, recentemente, uma pesquisa de audiência que, infelizmente, ainda não está disponível para o Projecto de Desenvolvimento dos Media UNESCO/PNUD. Se a escolha da audiência fosse confirmada invalidaria a crença de que os ouvintes preferem emissões em línguas nacionais.

Perfil da diversidade dos órgãos de comunicação Moçambicanos

Em conclusão a este capítulo, parece claro que o pluralismo é significativo em Moçambique, em termos da diversidade das fontes de informação.

O número de órgãos de comunicação sozinho é extremamente alto dado a relativamente recente liberalização. A variedade dos órgãos de comunicação impressos e de difusão é muito bem balanceada e a estrutura de propriedade do sector parece saudável na sua diversidade, embora confuso na sua percepção.

A diversidade linguística do país é reflectida de uma maneira pobre entre os órgãos de comunicação, mas deveria-se considerar a amostra da audiência antes de se formular qualquer julgamento sobre este assunto.

Existe, porém, uma séria área de preocupação, dada a demografia nacional, é a forte concentração dos órgãos de comunicação nacionais e locais na província e Cidade de Maputo, seguindo o desenvolvimento sócio-económico do país desigual. Em algumas províncias a diversidade é limitada a um ou dois órgãos de comunicação provinciais ou distritais e um possível acesso a algum órgão de comunicação nacional.

O quão efectivo é esse acesso quer aos órgãos de comunicação nacionais quer aos provinciais, e o quão real é esta diversidade para a audiência, fica por ser analisado. O próximo capítulo se propõe a fazê-lo.

O impacto da diversidade dos órgãos de comunicação

O pluralismo existe mas com um impacto limitado

O presente estudo não é uma pesquisa de mercado e não pode pretender, neste momento, fornecer nenhuma análise aprofundada do impacto dos órgãos de comunicação em Moçambique. Não obstante, alguns dados foram recolhidos dos gestores dos órgãos de comunicação entrevistados bem como de uma pequena amostra da audiência.

A partir destes dados, podemos ver que a imagem não é completamente repugnante mas requer cuidado quando se qualifica a eficácia e o fortalecimento do pluralismo dos órgãos de comunicação no país.

Circulação da imprensa escrita

A primeira observação a ser feita é que metade dos representantes da imprensa escrita entrevistados para este estudo não deram informações sobre o número das respectivas tiragens. Podemos suspeitar que muitos deles não queriam que esta informação fosse conhecida e que alguns não a conheciam com precisão.

Dito isto, não há certeza sobre o exacto número de exemplares dos diferentes órgãos de comunicação escritos em circulação no país num determinado momento. A não ser que alguns dos que não responderam produzam também grandes tiragens, as três maiores tiragens (entre 20.000 e 30.000) seriam de um jornal diário, um jornal semanário e uma revista, conjuntamente são responsáveis pela maioria dos exemplares em circulação. Dois outros jornais semanários tem uma tiragem de 10.000 a 15.000.

A informação recolhida está compartilhada abaixo com um alerta de grande cautela, dado o alto número de órgãos de comunicação sobre quais não existe informação disponível.

Tabela 12
Exemplares vendidos, enviados por fax ou e-mail em todo o país por sector (em funcionamento)

S/resposta	1>500	>1.500	>5.000	>10.000	>15.000	>20.000	>30.000	+30.000	
Jornal diário	-	2	-	1	-	-	-	1	-
Jornal semanário	7	-	1	-	-	2	-	1	-
Outros jornais	6	5	-	-	-	-	-	-	-
Boletim	7	3	-	-	-	-	-	-	-
Revista	4	1	1	-	-	-	-	1	-
Correio electrónico	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Fax diário	-	4	1	-	-	-	-	-	-
Outros fax	1	1	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	25	17	4	1	0	2	0	3	0

Como podíamos esperar, parece que quatro das maiores tiragens são produzidas na Cidade de Maputo, embora muitos órgãos de comunicação estão sediados em outros lugares do país (23 dos 52).

Existe uma publicação nacional sediada em Nampula que declara uma circulação de 30.000 exemplares - é uma revista religiosa, *Vida Nova*. Com relação ao *Diário de Moçambique* em Sofala, eles não responderam à pergunta como se pode ver abaixo.

Tabela 13
Exemplares vendidos, enviados via fax ou e-mail em todo o país por província de origem

	S/ resposta	1>500	>1.500	>5.000	>10.000	>15.000	>20.000	>30.000	+30.000
C.Delgado	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Gaza	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Inhambane	4	1	-	-	-	-	-	-	-
Maputo C.	14	7	3	1	-	2	-	2	-
Manica	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Maputo	1	2	-	-	-	-	-	-	-
Nampula	-	1	-	-	-	-	-	1	-
Niassa	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Sofala	2	2	-	-	-	-	-	-	-
Tete	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Zambézia	2	1	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	25	17	4	1	0	2	0	3	0

Agora, quando olhamos para onde os exemplares são vendidos, distribuídos via fax ou correio electrónico nas várias províncias, parece claro que a cidade capital de Maputo é a maior beneficiária da metade de todas as publicações (24 das 52), já que dizem que a capital recebe 50 a 100% dos seus exemplares.

Um grupo ainda maior dos órgãos de comunicação forneceu informações relativas à sua distribuição na Cidade de Maputo do que fora da capital. Verifique as duas tabelas a seguir para comparar o número das respostas.

Tabela 14
Destino da circulação: Cidade de Maputo (Operacional)

	S/info	>5%	>10%	>20%	>30%	>40%	>50%	>60%	>70%	>80%	>90%	90%
Jornal diário	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2
Jornal semanário	2	-	-	-	1	1	-	1	1	2	-	3
Outros jornais	4	-	1	-	-	1	-	-	1	1	-	3
Boletim	7	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2
Revista	1	-	-	-	1	-	-	-	-	2	1	2
Correio electrónico	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fax diário	3	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-
Outros fax	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL	20	1	1	0	2	2	2	1	4	5	1	13

É improvável que os resultados mostrados na segunda tabela abaixo - em termos de proporção dos exemplares que atingem as províncias - seriam muito diferentes com informações adicionais de um número maior de entrevistados.

Tabela 15

Destino da circulação: fora da Cidade de Maputo e/ou Moçambique (operacional)

	S/Info	>5%	>10%	>20%	>30%	>40%	>50%	>60%	>70%	>80%	>90%	90%
Jornal diário	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jornal semanário	10	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Outros jornais	10	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Boletim	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Revista	6	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Correio electrónico	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fax diário	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros fax	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	48	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1

Deveríamos explicar que durante as entrevistas, os editores foram solicitados a fornecer uma estratificação aproximada da sua distribuição, em percentagem e por província. Apenas 5 dos 51 puderam fazê-lo.

É particularmente alarmante perceber que 90% dos respondentes não foram capazes de fornecer informação relativa a sua circulação fora da Cidade de Maputo, embora 65% puderam dizer a proporção dos exemplares que eles vendem na cidade capital.

Se a maioria dos editores podem dar uma estimativa da proporção que eles vendem dentro da cidade capital, isto significa que eles sabem que os restantes são vendidos fora dela. Porém, quanto e onde exactamente, aparentemente eles não podem dizer.

A última tabela atrás mostra também que mesmo os editores baseados nas províncias fora de Maputo não foram capazes de dizer que vendiam a maioria dos seus exemplares fora de Maputo.

- Enquanto que a falta de informações referente a tiragem pode reflectir uma recusa deliberada por parte dos editores em fornecer esta informação, a incapacidade em fornecer a informação referente a circulação por província, em percentagem, parece indicar claramente que a circulação é um mistério para eles.
- O foço de distribuição entre a Cidade de Maputo e as restantes dez províncias é tão que este facto sozinho justificaria uma conclusão em relação ao impacto efectivo do pluralismo dos órgãos de comunicação no país – pelo menos no sector dos órgãos de comunicação impressos.

O próximo capítulo, focalizando na visão e direcção estratégica dos órgãos de comunicação, vai olhar para a existência dos panos de distribuição e de expansão, ou a sua não existência.

Cobertura da difusão

Poder-se-ia esperar que o sector da difusão fosse mais atento à sua cobertura que o sector da imprensa escrita. Infelizmente, este não é o caso. Felizmente, o relatório do especialista técnico em rádio, associado a este estudo, permite-nos preencher os vazios de informação (Anexo F). Mas da perspectiva dos directores das estações de rádio, o tipo de respostas que nos forneceram indicam que, de novo, este tipo de assuntos não é da área de especialização em gestão.

Os gestores das estações foram solicitados a indicar o alcance, em quilómetros, das suas rádios e televisões. Também, foram solicitados a fornecer informações sobre a potência (em watts) dos seus transmissores.

De todas as 24 estações de rádio pesquisadas, 18 não puderam fornecer nenhuma destas informações. Isto é 75% delas. Dentre as estações de televisão, apenas duas das seis forneceram algumas respostas. Infelizmente, nenhum especialista técnico em televisão estava associado a este estudo e estamos, portanto, sem esta informação.

É claro, a insistência com os departamentos técnicos dessas estações provavelmente permitiria recolher a maior parte das informações referidas. Contudo, é interessante notar que quando solicitados a fornecer essas informações, os seus directores não podiam ou simplesmente não a forneceram. A mesma coisa se aplica para a *Rádio Moçambique* e *TVM* do que às emissoras pequenas ou precárias.

As tabelas seguintes demonstram que aqueles que puderam fornecer alguma informação sempre o fizeram de uma maneira curiosa. Por exemplo alguns forneceram as potências dos seus emissores ou as suas frequências na coluna que eles escolheram para indicar o alcance das suas transmissões. Isto poderia ser divertido mas isto é mais um sinal de que questões técnicas não são suficientemente dominadas pelos gestores, considerando que o alcance das transmissões não é simplesmente uma questão técnica mas também uma das coberturas efectivas da audiência.

Tabela 16
Alcance das transmissões de radio e televisão (operacional)

	S/info.	Alcance das transmissões em km									
		5km	7km	10km	30km	40km	60km	70km	100km	123km	150km
Rádio A	-	-	-	-	-	-	-	103.1	-	-	-
Rádio B	-	102.7	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rádio C	-	-	-	-	-	98.5	-	-	-	-	
Rádio D	-	-	-	-	-	-	-	-	1.5	-	
Rádio E1	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	
Rádio E2	-	-	-	-	-	-	-	50	-	-	
Rádio E3	-	-	-	-	300	-	-	-	-	-	
Rádio F	-	-	-	-	-	-	-	-	-	88.3	
Outras rádios	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TV A	-	-	1.0	-	-	-	-	-	-	-	
TV B	-	-	-	-	-	-	31	-	-	-	
Outras TV	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

A estação de rádio E tem três transmissores.

Uma outra informação não técnica que foi solicitada aos entrevistados foi uma estimativa da população na área coberta pelo alcance das suas emissões e se possível uma estimativa da sua audiência dentro desta população.

Isto pareceu tão difícil para responder quanto as questões de alcance ou potência. De facto, apenas três estações de rádio em todo o sector da difusão tentaram uma resposta – quer sobre a população ou sobre a audiência, nunca sobre os dois. Isto levanta uma pergunta que devia ser colocada em mente no capítulo mais adiante sobre a sustentabilidade: como é que essas emissoras podem possivelmente tentar atrair renda de publicidade para as suas estações?

Tabela 17
Cobertura da rádio e televisão (operacional)

	Sem info	Audiência	População	Potência (Watts)
Rádio A	-	-	2,000,000	500
Rádio B	-	-	-	250
Rádio C	-	-	1,000,000	100
Rádio D	-	900,000	-	1.5
Outras rádios	21	-	-	-
TV A	-	-	-	1.0
TV B	-	-	-	100
Outras TV	5	-	-	-

- O grande poder das transmissões radiofónicas em África é que estas gozam de um preconceito favorável: de que a rádio atinge mais pessoas que a imprensa escrita, porque esta não exige habilitações literárias e pode ser ouvida enquanto se trabalha ou se faz uma outra coisa qualquer. Para capitalizar nisto, as emissoras de rádio deveriam ser capazes de fornecer figuras das suas audiências, ou pelo menos do seu potencial em termos de população alcançada pelo seu sinal.
- A relutância de ambos os sectores da imprensa escrita e da difusão em fornecer as informações sobre a audiência deverá ser discutida no capítulo 6 sobre *assegurar e gerir recursos*, uma vez que isto tem um impacto na sua capacidade de atrair rendimentos de publicidade.